



AUTORIDADE
MARÍTIMA NACIONAL

1

1ª INSCRIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA

INSCRIÇÃO MARÍTIMA

Exmo. Senhor Capitão do Porto de _____

REQUERENTE

Nome¹: _____ NIF: _____

Morada: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Inscrito marítimo nº: _____ da Capitania de _____
na categoria de _____

Data de nascimento: _____ Natural da freguesia: _____

Concelho: _____ Distrito: _____

Filho de _____ e de _____

Nacionalidade: _____ Género: _____ Estado civil: _____

Altura: _____ Cor de cabelo: _____ Cor dos olhos: _____

☐ Requer a primeira inscrição marítima, na categoria de _____

☐ Requer a transferência da inscrição marítima para essa Capitania.

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS²

- Comprovativo de tempo de embarque (*período, função desempenhada, embarcação e, se necessário, potência de motor*) (*se 1ª inscrição*)
- Exame de aptidão de acesso à categoria que requer (*se aplicável*)
- Comprovativo de habilitações literárias (*se aplicável*)
- Ficha de aptidão física e psíquica emitida por médico de medicina do trabalho³
- Cópia do Cartão do Cidadão³ e duas fotografias tipo passe, atuais e a cores
- Autorização do tutor legal, com assinatura notarialmente reconhecida (*se maior de 16 e menor de 18 anos*)

TIPO DE SERVIÇO⁴

- ☐ Normal (*resposta em 10 dias úteis*)
- ☐ Urgente (*“aquele que sendo requisitado no período de atendimento deva ser concluído no prazo máximo de três dias úteis”*) - agravamento de taxa a 100%
- ☐ Ato de execução imediata (*“aquele que, sendo requerido no período de atendimento, deve ser praticado até no máximo de três horas”*) - agravamento de taxa a 130%

FATURAÇÃO

Nome: _____

Morada: _____

NIF: _____ E-mail: _____

Autorizo o processamento dos dados pessoais (*Lei n.º 26/2016, de 8 de agosto*).

Pede deferimento, ____ de _____, de _____, _____
(assinatura)

NOTA: Enviar para capitania.pvarzim@amn.pt ou capitania.vconde@amn.pt, conforme aplicável.

¹ Se não se tratar do próprio deve entregar procuração como representante legal.

² De acordo com o art.º 99.º do Decreto-Lei n.º 166/2019, de 31 de outubro, conjugado com a Portaria n.º 235/2020, de 8 de outubro e com a Circular da DGRM n.º 61, todos na sua redação atual.

³ Com apresentação presencial do original, ou cópia certificada.

⁴ Taxas a cobrar nos termos do anexo da Portaria n.º 506/2018, de 2 de outubro, atualizada por Despacho do DGAM.